



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**I PROCESSO SELETIVO PARA RECRUTAMENTO DE ESTAGIÁRIOS
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

EDITAL 26/2014/GSCP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento na Lei Federal n. 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, da Resolução n. 8/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011, torna público a abertura do **I Processo Seletivo para recrutamento de estagiários do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A coordenação, operacionalização e acompanhamento serão de responsabilidade da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo para recrutamento de estagiários.

1.2. A Comissão de Apoio ao I Processo Seletivo para recrutamento de estagiários do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso é composta pelos servidores JOÃO RICARDO TREVIZAN, Vice-Diretor Geral, LEVI SALIES FILHO, Coordenador da Escola dos Servidores, LUIZ HENRIQUE DE LIMA ALVES, Diretor do Departamento de Planejamento e Estudos da Escola dos Servidores, e FABIO ALEXANDRE MENDONÇA, Gerente Setorial de Concursos Públicos, sob a presidência do primeiro.

1.3. O processo seletivo visa a formação de cadastro de reserva para o quadro de estagiários remunerados do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para estudantes de nível médio e superior, conforme disponibilizado no Anexo I.

1.4. O estágio será realizado nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

1.5. Aos estagiários incumbe o desempenho de atividades que possibilitem aprendizado técnico sob a supervisão e acompanhamento de um magistrado ou servidor do Poder Judiciário, sem qualquer forma de vínculo empregatício.

1.6. O processo seletivo obedecerá às normas deste edital e terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.6.1. O cadastro de reserva constituído pelo Processo Seletivo anterior, regido pelo Edital 8/2013/GSCP, deverá ser aproveitado integralmente, antes de se iniciar a utilização do cadastro de reserva regido por este edital.

1.7. O processo seletivo será realizado em etapa única, consistente em uma prova objetiva.

1.8. O conteúdo programático consta do Anexo II do presente edital.

1.9. Será observado o cumprimento de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em 06 (seis) horas diárias, em horário de funcionamento da Instituição, sem prejuízo das atividades discentes.

1.10. Os estagiários farão jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 847,50 (oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para estudantes de nível superior e de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) para estudantes de nível médio.

1.11. Nos termos do art. 29 da Resolução n. 8/2011/PRES/TP, de 30 de maio de 2011, é assegurado ao estagiário auxílio transporte no valor de R\$ 125,40 (cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos).

1.12. Todos os estagiários, na vigência do Termo de Compromisso do Estágio, terão cobertura de seguro de acidentes pessoais, cujo pagamento da apólice será responsabilidade da empresa de operacionalização de Programas de Estágio, conforme dispõe o art. 32 da Resolução n. 8/2011/PRES/TP.

1.13. Em conformidade com o art. 26 da Resolução n. 8/2011/PRES/TP, a vigência do contrato será fixada no Termo de Compromisso de Estágio, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante instrumento próprio, com exceção dos portadores de deficiência, a teor do que estabelece o artigo 11 da Lei n. 11.788, de 25/9/2008.

2. DOS REQUISITOS PARA ESTÁGIO CURRICULAR

2.1. Estar freqüentando o ensino regular em instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio.

2.2. Os estagiários de nível superior deverão estar regularmente matriculados em Universidade e Faculdades do Estado de Mato Grosso, reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, e que estejam cursando, no mínimo, o terceiro semestre do curso de Direito, ou segundo semestre dos demais cursos.

2.3. Na data da contratação, o estudante deve ter a idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <http://www.tjmt.jus.br>, de **8:00 h** do dia **16/7/2014** até **23:59 h** do dia **27/7/2014**, considerando-se como extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.2. Não haverá cobrança da taxa de inscrição.

3.3. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.4. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

3.4.1. A Comissão de Apoio ao I Processo Seletivo para recrutamento de estagiários do Tribunal de Justiça poderá excluir do processo seletivo o candidato que fornecer informações incorretas ou em virtude de ausência de veracidade dos dados informados, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.5. O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local da realização das provas.

3.6. A relação dos interessados que tiverem suas inscrições deferidas constará de edital a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), com ampla divulgação, na data provável de **29/7/2014**.

4. DAS VAGAS

4.1. Os candidatos aprovados serão convocados pela Divisão de Avaliação, Desempenho e Estágio do Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, de acordo com as vagas disponibilizadas neste edital e as que surgirem durante o prazo de validade da seleção, em observância à ordem classificatória.

4.2. A ocupação da vaga pelo candidato aprovado estará condicionada ao comparecimento no prazo de 5 (cinco) dias após a convocação e à apresentação dos documentos de identificação pessoal e comprobatórios do vínculo com a instituição de ensino conveniada.

4.3. Somente poderão ingressar no estágio os candidatos que estejam até o limite de 6 (seis) meses da data prevista para a conclusão do curso.

5. DAS VAGAS DESTINADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

5.1. As pessoas com deficiência (PCD), com fundamento no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto n. 3.298/99, de 20 de

dezembro de 1999, art. 17, § 5º, da Lei n. 11.788/08, § 2º do art. 8º da Lei Complementar n. 04/90, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso, art. 21 da Lei Complementar n. 114, de 25 de novembro de 2002, e Enunciado Administrativo n. 12 do Conselho Nacional de Justiça, poderão, nos termos do presente edital, concorrer a 10% (dez por cento) das vagas que surgirem dentro do prazo de validade do processo seletivo.

5.2. Sem prejuízo do disposto no subitem 5.1, para efeito de reserva de vaga, serão considerados pessoas com deficiência os candidatos que se enquadrarem em uma das seguintes categorias, desde que compatíveis com as atribuições desenvolvidas no estágio:

5.2.1. **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

5.2.2. **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000Hz e 3.000 Hz.

5.2.3. **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais o somatório da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º (sessenta graus) ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores.

5.3. Além das exigências comuns a todos os candidatos para a inscrição no processo seletivo, o candidato pessoa com deficiência deverá, no ato da inscrição:

a) Em campo próprio do formulário de inscrição, declarar a opção por concorrer às vagas destinadas a pessoas com deficiência, bem como encaminhar para o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou o nível de deficiência de que é portador, a CID (Classificação Internacional de Doenças) e a provável causa dessa deficiência;

b) Declaração de estar ciente de que a deficiência não poderá ser incompatível com as atribuições a serem desenvolvidas no estágio, conforme previsto no § 2º, do art. 40 do Decreto n. 3.298/99, com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

c) Até o dia 28/7/2014, os documentos previstos nas alíneas "a" e "b" deverão ser protocolizados no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça ou postados via correio, por carta registrada com AR, para o seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – Gerência Setorial de Concursos Públicos – Rua C, S/N, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, CEP: 78.049-926.

5.3.1. A data da emissão do atestado médico referido no subitem 5.3., alínea "a", deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data da publicação deste edital.

5.4. O não encaminhamento de qualquer um dos documentos especificados no subitem 5.3 implicará no indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga para pessoas com deficiência, passando o candidato, automaticamente, a concorrer apenas às vagas destinadas à ampla concorrência, desde que preenchidos os demais requisitos previstos neste edital.

5.5. O candidato pessoa com deficiência (PCD) que necessitar de condição especial para a realização da prova, deverá informar na Ficha de Inscrição, especificando o tipo de necessidade. Se não o fizer, seja qual for o motivo alegado, deverá realizar a prova nas condições propiciadas aos demais candidatos.

5.5.1. O atestado médico terá validade somente para o Processo Seletivo regido por este edital e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.6. O candidato pessoa com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação das provas.

5.7. Os candidatos pessoas com deficiência ficam submetidos à mesma nota mínima exigida aos demais candidatos para aprovação.

5.8. As vagas não preenchidas, reservadas aos candidatos pessoas com deficiência, serão aproveitadas pelos demais candidatos aprovados, em estrita observância à ordem de classificação no processo seletivo.

5.9. A classificação de candidatos pessoas com deficiência obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

5.10. A publicação do resultado final do processo seletivo será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos, os quais serão chamados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, em face da classificação obtida, conforme dispõe o art. 21, § 1º, da Lei Complementar Estadual 114/2002.

5.11. O candidato pessoa com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste edital terá seu pedido indeferido.

5.12. O indeferimento da inscrição do candidato pessoa com deficiência (PCD) não exclui sua participação na lista de ampla concorrência.

5.13. Os candidatos pessoas com deficiência (PCD) que tiverem suas inscrições deferidas constarão de edital específico a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), com ampla divulgação, em data anterior à divulgação do resultado final do certame.

6. DO EXAME DE SELEÇÃO

6.1. A prova será aplicada para todos os candidatos, em data futura, das **14:00 h** às **17:00 h**.

6.1.1. A confirmação da data e as informações sobre os locais de prova serão divulgados oportunamente, por ocasião do encerramento das inscrições, no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizados no site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br).

6.2. O candidato deverá apresentar-se no local de realização das provas munido de documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, com antecedência de trinta minutos antes do início da prova.

6.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, quinze dias, juntamente com qualquer outro documento que contenha foto.

6.4. Não serão aceitos como documento de identidade: certidões de nascimento, CPF, Título de eleitor, carteira de estudante, documentos que não contenha foto, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.5. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

6.6. A prova terá duração de **3 (três) horas**. As questões serão elaboradas de acordo com o conteúdo programático constante do Anexo II deste Edital.

6.7. A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório conterà 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada uma. Cada questão objetiva terá a forma de teste, com quatro alternativas (a, b, c, d).

6.7.1. Para os **candidatos do curso de Direito**, a prova constará de 10 (dez) questões de Português, 10 (dez) questões de Noções de Informática e 20 (vinte) questões de Noções de Direito (Constitucional, Civil, Processual Civil, Penal e Processual Penal).

6.7.2. Para os **candidatos dos demais cursos**, de nível superior e médio, a prova constará de 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (Atualidades), 10 (dez) questões de Português, 10 (dez) questões de Raciocínio Lógico e 10 (dez) questões de Noções de Informática.

6.8. No preenchimento do cartão de resposta da prova objetiva não será admitida qualquer rasura, aplicação de corretivo ortográfico ou similar, apagamento através de borracha ou similar, sendo computada como errada a questão com tais ocorrências.

6.9. O preenchimento da identificação do candidato na prova deverá ser realizado apenas no local especificamente destinado para esse fim.

6.10. Não será permitido qualquer tipo de consulta.

6.11. Os candidatos deverão observar as instruções dos fiscais de sala e portar-se com urbanidade e decoro em relação a eles, aos demais responsáveis pela fiscalização da aplicação das provas e aos demais candidatos, sob pena de desclassificação.

6.12. A ausência do candidato no local e horário designados para a realização das provas resultará em sua eliminação do processo seletivo.

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

7.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

7.2. A classificação será efetuada em ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos na prova objetiva.

7.3. Em caso de empate, será priorizado o candidato que:

- a) Tiver maior idade, conforme dispõe o art. 27, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003;
- b) Tiver maior tempo de exercício na função de jurado, conforme dispõe o art. 440, do Decreto-Lei 3.689/41, Código de Processo Penal;
- c) Tiver cumprido maior parte do curso;
- d) Apresentar melhor pontuação na prova de Português.

7.4. A nota final no processo seletivo será a soma algébrica da nota obtida nas provas objetivas.

7.5. O resultado do processo seletivo será divulgado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), em data a ser definida posteriormente.

7.6. A habilitação no processo de seleção de estagiários não gera direito à convocação, que far-se-á na conveniência e necessidade da administração, garantindo aos aprovados a preservação da ordem de classificação no ato de preenchimento das vagas.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos recursos, no prazo de 2 (dois) dias úteis quanto:

- a) Ao indeferimento do requerimento de inscrição;
- b) Ao gabarito provisório;
- c) Ao resultado final do Processo Seletivo.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos somente por meio eletrônico, através do endereço concurso@tjmt.jus.br.

8.2.1. A interposição dos recursos será admitida de 8:00 h do primeiro dia do prazo até 23:59 h do último dia do prazo.

8.3. Ao interpor o recurso, o candidato deverá identificar-se em folha apartada das razões de recurso.

8.4. Será indeferido o recurso em que o candidato tenha se identificado, por qualquer meio, no espaço reservado às razões recursais.

8.5. Os recursos relativos a este processo seletivo serão analisados e decididos pela Comissão de Apoio ao I Processo Seletivo para recrutamento de estagiários do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

8.6. Não serão conhecidos os recursos sem a identificação da questão e fundamentação clara, objetiva e consistente.

8.7. Se do exame de recursos contra o Gabarito da prova objetiva resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA SELEÇÃO

9.1. A homologação do Processo Seletivo será feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

10. DA CONTRATAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

10.1. Para contratação do estagiário, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Ter sido aprovado no Processo Seletivo;
- b) Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior e de ensino médio, atestados pela instituição de ensino;
- c) Ter idade mínima 16 (dezesseis) anos completos;
- d) Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- e) Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas presentes no Termo de Compromisso;

f) Compatibilidade entre os horários de estágio disponíveis no TJMT e os horários de aula do estagiário.

10.2. Os candidatos aprovados serão convocados via e-mail pela Divisão de Estágio Curricular da Coordenadoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça – MT, obedecendo-se a ordem de classificação e o número de vagas existentes. É responsabilidade do candidato informar qualquer alteração de dados, por meio do endereço eletrônico divisao.estagio@tj.tm.gov.br.

10.3. Ao serem convocados, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG (Identidade) e CPF;
- b) 02 (duas) fotografias recentes, tamanho 3x4;
- c) Ficha Cadastral preenchida (Anexo III);
- d) Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone, etc.);
- e) Certidões cível e criminal;
- f) Declaração de matrícula expedida pela instituição de ensino, na qual conste estar matriculado;
- g) Declaração de relação de Parentesco, conforme Portaria n. 789/2009/DRH (Anexo IV).

10.4. Uma vez convocados, os candidatos aprovados que não comparecerem para formalizar a assinatura do Termo de Compromisso no prazo de 05 (cinco) dias serão considerados desistentes, seguindo-se a nomeação do próximo candidato classificado.

11. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

11.1. Das atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários:

- a) Examinar e estudar os autos, findos ou em curso, quando a chefia julgar útil ao aprendizado, podendo ser-lhes solicitada análise escrita;
- b) Realizar pesquisas sobre matéria jurídica relacionada com a respectiva atividade;
- c) Executar tarefas inerentes ao seu desempenho, como verificar o andamento de processos, obter certidões, cópias de julgados e de documentos diversos;
- d) Atender e prestar informações pertinentes a advogados, partes, procurados, promotores, peritos do juízo, ou qualquer outra autoridade;
- e) Remeter, receber e transportar processo, documentos e correspondências;

- f) Cadastrar ações ajuizadas na serventia e manter atualizada a movimentação dos processos;
- g) Preparar os autos para o processamento;
- h) Restaurar, arquivar e desarquivar processos;
- i) Elaborar e enviar os arquivos de publicações para a Imprensa Oficial (Diário da Justiça Eletrônico);
- j) Redigir e expedir ofícios, mandados, cartas precatórias, despachos ou qualquer outro documento de interesse processual;
- k) Pesquisar e juntar petições;
- l) Acompanhar audiências;
- m) Executar tarefas inerentes ao seu desempenho, atendendo e prestando informações e/ou realizando quaisquer outras tarefas pertinentes às atividades que se fizerem necessárias às áreas específicas de cada curso.

12. DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

12.1. É vedado ao estagiário:

- a) Patrocinar, como estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil, processos em qualquer unidade do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
- b) Receber, a qualquer título, quantias, valores ou bens em razão de sua função, salvo a bolsa de estágio e auxílio-transporte;
- c) Valer-se do estágio para captação de clientela, para facilitar a tramitação de autos do seu interesse particular ou de clientes, ou obtenção de qualquer tipo de vantagens para si ou para outrem;
- d) Usar documentos comprobatórios de sua condição para fins estranhos à função;
- e) Manter, sob sua guarda, sem expressa autorização do Magistrado ou responsável pela unidade, papéis, documentos e processos pertencentes ou que estejam sob a responsabilidade do Poder Judiciário.

12.2. São deveres do estagiário:

- a) Cumprir as ordens e instruções emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- b) Acatar as instruções e determinações dos supervisores;
- c) Ter ética e sigilo ao lidar com informações que teve conhecimento em razão de seu aprendizado;
- d) Respeitar e tratar com urbanidade os magistrados, servidores do Poder Judiciário e público em geral;
- e) Utilizar crachá de identificação;
- f) Utilizar vestimenta compatível ao ambiente de estágio;
- g) Pontualidade e disciplina;
- h) Vocabulário adequado.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

13.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo.

13.3. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

13.4. A qualidade de estagiário não confere direito nem expectativa de direito de ingresso nos quadros do Poder Judiciário, não estabelecendo vínculo contratual ou estatutário de nenhuma natureza, nem ensejando precedência ou prioridade para fins de classificação em concurso para investidura em cargo público, conforme disciplina o art. 3º da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao II Processo Seletivo para recrutamento de estagiários.

Cuiabá-MT, 11 de julho de 2014.

Desembargador **ORLANDO DE ALMEIDA PERRI**
Presidente do Tribunal de Justiça

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

2ª INSTÂNCIA	
Nível Superior	
Direito	Cadastro de reserva
Tecnologia da Informação (em suas diversas especialidades)	Cadastro de reserva
Administração de Empresas	Cadastro de reserva
História	Cadastro de reserva
Comunicação Social	Cadastro de reserva
Publicidade e Propaganda	Cadastro de reserva
Jornalismo	Cadastro de reserva
Ciências Econômicas	Cadastro de reserva
Ciências Contábeis	Cadastro de reserva
Tecnologia em Gestão de Eventos e Cerimonial	Cadastro de reserva
Engenharia Civil	Cadastro de reserva
Engenharia Elétrica	Cadastro de reserva
Gestão de Pessoas	Cadastro de reserva
Gestão Pública	Cadastro de reserva
Arquitetura e Urbanismo	Cadastro de reserva
Nível Médio	
Ensino Médio	Cadastro de reserva
Enfermagem (Curso Profissionalizante)	Cadastro de reserva

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR (somente o curso de direito)

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Flexão Nominal e Verbal;
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Vozes do Verbo.
7. Concordância Nominal e Verbal.
8. Regência Nominal e Verbal.
9. Ocorrência de crase.
10. Pontuação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.
4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais.
2. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos.
3. Da nacionalidade. Nacionalidade originária. Nacionalidade derivadas. Hipóteses constitucionais de perda de nacionalidade.
4. Da organização do Estado. Da organização político-administrativa. Da união. Dos estados federados. Dos municípios. Da administração pública.
5. Dos servidores públicos.
6. Do Poder Judiciário. Das funções essenciais à Justiça.
7. Do Poder Executivo.
8. Do Poder Legislativo.
9. Da Ordem Social.
10. Da Seguridade Social.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL.

1. Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das pessoas jurídicas. Do Domicílio.
2. Dos Bens. Das diferentes classes de bens.
3. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos.
4. Da prescrição e decadência.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Competência: conceito, competência funcional e territorial; competência internacional.
2. Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. Pressupostos processuais, tipos de procedimentos.
3. Prazo: conceito, classificação, princípios, contagem, preclusão.
4. O Juiz: poderes, deveres e responsabilidades.
5. O Ministério Público e os auxiliares da justiça.
6. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores.
7. O Litisconsórcio.
8. Intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denúncia a lide, chamamento ao processo e assistência.
9. Dos atos processuais.
10. Da petição inicial: conceito e requisitos.
11. Do pedido: espécies, modificação, cumulação.
12. Da citação: Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção.
13. Da prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus e procedimentos.
14. Da audiência.
15. Da sentença.
16. Da coisa julgada.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Da aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. A lei penal no tempo e espaço. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade.
2. Crime consumado, tentado e impossível.
3. Crime doloso e culposos.
4. Causas excludentes de responsabilidade.
5. Da imputabilidade penal.
6. Das penas: espécies, cominação e aplicação.
7. Da suspensão condicional da pena.
8. Do livramento condicional.
9. Das medidas de segurança.

10. Da extinção da punibilidade.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Princípios gerais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sujeitos da relação processual. Inquérito Policial.
2. Ação Penal: conceitos, condições, pressupostos processuais. Ação Penal pública. Ação Penal Privada.
3. Competência: critérios de determinação e modificação.
4. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais da prova, sistemas de apreciação.
5. Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e do defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça.
6. Da prisão e da liberdade provisória.
7. Das citações e intimações.
8. Forma lugar e tempo dos atos processuais.
9. Dos atos processuais.
10. Dos atos das partes, dos Juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros.
11. Dos prazos.
12. Da Sentença.
13. Da coisa julgada.

NÍVEL SUPERIOR (exceto o curso de direito)

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Flexão Nominal e Verbal;
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Vozes do Verbo.
7. Concordância Nominal e Verbal.
8. Regência Nominal e Verbal.
9. Ocorrência de crase.
10. Pontuação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.

4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Afirmção e negação no conjunto dos números reais, nas proposições, nas sentenças abertas e nas operações em conjuntos. Raciocínio Matemático, Lógico-Numérico e Lógico-Quantitativo. Raciocínio Lógico-Matemático em atividades que envolvem máximos e mínimos de funções, na teoria dos conjuntos, no sistema de numeração decimal. Sucessões. Progressão Aritmética. Progressão Geométrica. Probabilidade. Regra de três simples e composta.

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

NÍVEL MÉDIO

PORTUGUÊS

1. Ortografia Oficial.
2. Acentuação Gráfica.
3. Pontuação.
4. Emprego das classes de palavras.
5. Emprego de Tempos e Modos Verbais
6. Concordância Nominal e Verbal.
7. Sintaxe da oração e do período.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais Windows XP, gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão.
2. Modos de utilização e conceitos de editores de texto e planilhas.
3. Noções básicas do Word.
4. Noções básicas de Excel.
5. Gerenciamento de arquivos.
6. Ferramentas e aplicativos de navegação e navegadores.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática. Questões clássicas de raciocínio e métodos algébricos e aritméticos; seqüência lógica e leis de formação de principio multiplicativo, problemas de contagem e de probabilidades. Regras de três e de sociedade.

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, ecologia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e segurança pública.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ANEXO III

CADASTRO DE DADOS PESSOAIS – ESTAGIÁRIOS

MATRÍCULA: _____

NOME:			
SEXO:	ESTADO CIVIL:		
MÃE:	PAI:		
NATURALIDADE:	DATA	DE	
NASCIMENTO:			
ESTADO CIVIL:			
CÔNJUGE:			

RG:	ORGÃO EMISSOR:	UF DO ÓRGÃO:
DATA DE EMISSÃO:	CPF:	

CURSO:	SEMESTRE:	TURNO:
--------	-----------	--------

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	
UF:	CIDADE:

CONTA CORRENTE:	AGÊNCIA
BANCO:	

SUPERVISOR DE ESTÁGIO:	
FORMAÇÃO:	
MATRÍCULA:	

ENDEREÇO:	BAIRRO:	UF:
CIDADE:	CEP:	

TELEFONE FIXO:	TELEFONE CELULAR:	TELEFONE
RECADO:		

GRAU DE ESCOLARIDADE:
CURSO:

DATA: ____/____/____

ASSINATURA: _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Eu, _____ (nome do candidato), portador (a) do RG: _____, Órgão Expedidor: _____, UF: _____, declaro em cumprimento à Portaria n. 1.577, de 09 de dezembro de 2005, para fins de posse no Cargo efetivo de _____, declaro que:

Não possuo relação familiar ou grau de parentesco com magistrado ou servidor investido em cargo de direção ao assessoramento que gere incompatibilidade para exercício de cargo ou função comissionada, determinada pela Resolução n. 07, de 18 de outubro de 2005 e Enunciado Administrativo n. 01, do egrégio Conselho Nacional de Justiça.

Possuo relação familiar ou grau de parentesco com magistrado ou servidor investido em cargo de direção ao assessoramento que gera ou não fato impeditivo para exercício de cargo ou função comissionada, determinada pela Resolução n. 07, de 18 de outubro de 2005 e Enunciado Administrativo n. 01, do egrégio Conselho Nacional de Justiça.

Observação: O Declarante deverá informar abaixo todos os magistrados e/ou servidores ocupantes de cargo em comissão de direção ou assessoramento do Poder Judiciário, que tenha relação familiar ou grau de parentesco.

Nome:
Grau de Parentesco ou relação familiar:
Tipo: () Magistrado () Servidor investido em cargo de Comissão
Observação:

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura)